

15 JAN 2019

JORNAL DO ÔNIBUS

Juiz exige fiança de R\$ 8 mi para liberar operador de Richa

O juiz Paulo Sergio Ribeiro, da 23.^a Vara Federal Criminal de Curitiba, estabeleceu fiança de R\$ 8 milhões para liberar o empresário Jorge Atherino, preso em setembro do ano passado na operação Piloto, 53.^a fase da Lava Jato, que investiga um esquema de pagamento propina ao grupo político do ex-governador Beto Richa (PSDB) em troca do favorecimento da empreiteira Odebrecht em uma licitação para obras de duplicação da PR 323 em 2014.

No último sábado, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, concedeu habeas corpus a Atherino, determinando que a prisão preven-

tiva do acusado seja substituída por outras medidas cautelares. Responsável pelo processo, a determinação dessas medidas ficou a cargo de Ribeiro.

Atherino é apontado pelo Ministério Público Federal como suposto "operador financeiro" do esquema, que envolveria o pagamento de R\$ 4 milhões em propina pela Odebrecht em troca do favorecimento na licitação. Segundo o MPF, ele seria o responsável por receber os pagamentos e repassá-los ao caixa 2 de campanha de Richa, que disputou a reeleição para o governo em 2014. Ele foi preso junto com o ex-chefe de gabinete do tucano, Deonilson Roldo. ■

METRO

Fiança. Empresário amigo de Richa terá pagar R\$ 8 mi para deixar a prisão

O juiz Paulo Sérgio Ribeiro, da 23.^a Vara Federal Criminal de Curitiba, fixou uma fiança de R\$ 8 milhões para o empresário Jorge Theodocio Atherino, apontado como operador de propinas pagas ao ex-governador Beto Richa (PSDB), deixar a prisão. Ele ainda deverá usar tornozeleira eletrônica.

Atherino foi preso no dia 11 de setembro do ano passado, dentro da operação Piloto, 53.^a fase da Lava Jato. Depois de ter pedidos de habeas corpus negados pela 23.^a Vara Federal de Curitiba, pelo TRF4 (Tribunal Regional Federal da 4.^a Região) e pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça), Atherino teve o benefício concedido no último sábado, pelo ministro

Dias Toffoli, do STF (Supremo Tribunal Federal).

O jornalista Deonilson Roldo, ex-chefe de gabinete de Richa no governo do Paraná, também foi preso em setembro. Segundo o MPF (Ministério Público Federal), Roldo agiu para beneficiar a empreiteira Odebrecht na licitação para a duplicação da PR-323, entre Francisco Alves e Maringá, no norte do Paraná. A empreiteira teria pago R\$ 3,5 milhões em propinas a agentes públicos do governo do Paraná.

O Metro Curitiba entrou em contato ontem com o advogado de Roldo, Roberto Brezcinskzi, mas ele informou que não comenta o caso. ■ METRO CURITIBA

15 JAN 2019

JORNAL DO ÔNIBUS

POSSE NA OAB

A nova diretoria da OAB Paraná toma posse na próxima quinta-feira, às 19h30, na Ópera de Arame, em Curitiba. O advogado Cássio Lisandro Telles assume a presidência da instituição para o triênio 2019-2021, no lugar de José Augusto Araújo de Noronha. Também serão empossados os advogados Marilena Indira Winter (vice-presidente), Rodrigo Sánchez Rios (secretário-geral), Christhyanne Regina Bortolotto (secretária-geral adjunta), Henrique Gaede (diretor-tesoureiro), Alexandre Salomão (diretor de Prerrogativas) e Fabiano Augusto Piazza Baracat (presidente da Caixa de Assistência dos Advogados – CAA/PR).

FOLHA DE LONDRINA

LUCIANA CARMO NEVES

O preconceito não tem retratação

66

15 JAN 2019

Realmente o feminicídio não afeta só as mulheres, a homofobia não afeta só os gays, os madeireiros, em nome da ganância, não atacam apenas os indígenas!

Eu, Luciana do Carmo Neves, divorciada, mãe da Bruna e do Lucas, advogada e professora da UEL, aluna de muitos e ótimos professores, possuidora de uma gama de amigos maravilhosos, não adeptos da teoria geocêntrica, venho a público confessar que sei que pensar e expor uma ideia voltada para um mundo justo, igualitário e sem preconceitos, é capaz de abalar as estruturas dos que defendem um governo autoritário e o conforto de um povo que diga “amém”. Cheguei a essa conclusão após ler o artigo do aluno e amigo do Olavo de Carvalho, Paulo Briguet, jornalista, publicado recentemente nesta Folha: Retratação de um jornalista preconceituoso. Só a fala “aluno e amigo do Olavo de Carvalho”, já diz tudo. Eu nem precisava ter lido o restante, mas em respeito à dedicação que ele teve ao me responder, li, e não me surpreendi, nem quanto às contradições, menos ainda quanto às previsíveis ironias, bastante chulas.

Realmente eu devo escrever na língua do imbecilês, fugindo da realidade e sendo escrava da ideologia quando cito fatos históricos, de quando a mulher foi conduzida para o mercado de trabalho, e ao

transcrever trechos de uma legislação vigente, não apenas no Brasil, mas na América toda, Convenção Americana de Direitos Humanos, isso tudo deve fazer parte do meu imaginário que é guiado pela minha escravidão ideológica, e que faz com que eu e muita gente não concorde com a ideia de “família ideal”, desenhada pela ministra Damares Alves, que só ocupa o cargo hoje em razão das muitas lutas feministas ao longo da história, do contrário, seria uma dona de casa.

Eu devo escrever na língua do imbecilês, ao mencionar que o Brasil é o país que mais mata LGBTs (estatisticamente comprovado) e que em muitos lares de convivência marital ocorrem graves violências contra a mulher, em razão do gênero, pois apenas uma imbecil que atua como advogada criminalista na UEL, voltada para a defesa da população carente desta cidade, há quase 22 anos, e que se depara diariamente com inúmeras situações e práticas delitivas geradas pelo preconceito em relação à mulheres e gays, é que pode dizer tantos absurdos advindos de uma escravidão ideológica.

CONTINUA

15 JAN 2019

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Eu devo ser uma imbecil por não ter enxergado que o “outubro rosa” e o “novembro azul” foram criados com a intenção de limitar a sexualidade das pessoas, fazê-las ver que o azul representa os meninos e o rosa as meninas e que devemos nos importar com quem as pessoas dividem a sua cama; e não como eu pensava que era a fim de conscientizar as pessoas acerca da importância dos exames médicos e do diagnóstico precoce de um eventual câncer em seus órgãos genitais.

Eu devo ser uma imbecil por reconhecer que a orientação sexual independe do sexo biológico, que nem sempre se correspondem, e que as pessoas com orientação homossexual se organizaram, ao longo das décadas, em luta pelos seus direitos, levantando uma bandeira com todas as cores do arco-íris; e que não se trata de ideologia de gênero, expressão criada pela direita opressora, com o intuito de confundir a população, mas trata-se sim de fazer valer os seus direitos, como os de qualquer cidadão que cumpre com os seus deveres, inclusive recolhendo os impostos que lhe são cobrados. Quando na verdade o ilustre jornalista me explicou que os gays são massa de manobra das políticas de esquerda. Eu ri.

De novo admito ser uma imbecil por não saber que “os matadores não perguntam antes se a vítima é branca, negra, indígena ou gay”, acrescento, ou mulher.

Realmente o feminicídio não afeta só as mulheres, a homofobia não afeta só os gays, os madeireiros, em nome da ganância, não atacam apenas os indígenas, e também, os crimes raciais não ocorrem apenas contra os negros. As vítimas são escolhidas ale-

toriamente, obrigada pela aula, jornalista que ignora notícias e pesquisas.

Tudo o que escrevi, na língua do imbecilês, deu voz a muitas pessoas que não suportam mais se deparar com manifestações grotescas e preconceituosas daqueles que são os verdadeiros escravos de uma ideologia.

Não sou partidária, não sou psolista, nem petista, o termo “companheira” foi usado em vão para mim; sou apenas uma humanista.

O Jornalista termina com a frase: “Data venia, prometo melhorar”. Data venia, não prometa aquilo que não pode cumprir.

PS: venia é sem acento.

LUCIANA DO CARMO NEVES,
professora/advogada prática de direito
e processo penal na UEL

15 JAN 2019

FOLHA DE LONDRINA

MILITÃO

Posse da nova diretoria da OAB

Está marcada para quinta-feira próxima, dia 17, às 19h30, na Ópera do Arame, em Curitiba, a posse da nova diretoria da OAB do Paraná. O advogado Cássio Lisandro Telles assumirá a presidência da instituição para o triênio 2019-21, sucedendo a José Augusto Araújo de Noronha. Também serão empossados os advogados Marilena India Winter, como vice-presidente; Rodrigo Sanchez Rios, como secretário geral; Christhyanne Regina Bortolotto, como secretária adjunta; Henrique Gaede, diretor tesoureiro; Alexandre Salomão, diretor de prerrogativas; e Fabiano Augusto Piazza Baracat, como presidente da Caixa de Assistência dos Advogados. Ainda na mesma ocasião serão empossados os conselheiros estaduais, os presidente das 48 subseções da Ordem no Paraná e diretores da Caixa de Assistência dos Advogados no estado.

INFORME

Abaixo-assinado contra votação secreta

Já ultrapassa as 550 mil assinaturas o abaixo-assinado virtual que pede votação aberta para os cargos de presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado. Após decisão do Ministro Dias Toffoli, presidente do Supremo Tribunal Federal, que autoriza o voto fechado, um vídeo que circula pelas redes sociais do procurador da Operação Lava Jato, Deltan Dallagnol, incentiva os internautas a aderirem à campanha. Nele, Dallagnol afirma que a eleição “às escuras” favorece a eleição de “enrolados” com Justiça em um contexto onde o ministro Sérgio Moro pretende enviar ao Congresso projetos para endurecer o combate à corrupção. “O voto secreto, no meu entendimento, contraria a Constituição Federal, que determina a regra de transparência e de publicidade. Mais ainda, o voto secreto impede que senadores e deputados prestem contas da sua atuação”, afirma.

FOLHA DE LONDRINA

MP pode oferecer denúncia sem ouvir Queiroz, diz procurador-geral

15 JAN 2019

Constança Rezende
Agência Estado

Rio - O procurador-geral de Justiça do Rio, Eduardo Gussem, disse que pode encerrar a investigação sobre as movimentações financeiras atípicas de Fabrício Queiroz, ex-assessor do deputado estadual e senador eleito Flavio Bolsonaro (PSL) - e mesmo propor ação penal -, sem que eles prestem depoimento. Com diferentes alegações, os dois faltaram a convites para depor no procedimento do Ministério Público fluminense que investiga o caso. Queiroz alegou estar em tratamento de câncer, e o parla-

Gussem diz que prova documental do relatório do Coaf é "muito consistente"

mentar, que não conhecia os autos da investigação.

Para Gussem, a ausência dos dois não atrapalha o andamento das investigações. O procurador foi novamente empossado, na tarde desta segunda-feira (14), no cargo para um novo período de dois anos à frente do MP do Rio. As movimentações foram apontadas em relatório produzido pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), nas investigações da Operação Furna da Onça da Polícia Federal (PF) e do Ministério Público Federal (MPF). O MP estadual é legalmente competente para a investigação do caso do dinheiro movimentado pelos servidores.

"O MP pode, através da prova documental, chegar à conclusão de que tem elementos suficientes, indícios suficientes para a propositura de ação penal, e aí ele (Queiroz) vai ter a oportunidade de se pronunciar em juízo", disse o procurador. Ele acrescentou que o mesmo vale para Flavio, filho mais velho do presidente Jair Bolsonaro. Gussem disse ainda que, no caso específico do relatório do Coaf, a prova documental "é muito consistente".

Segundo Gussem, foram abertos 22 procedimentos investigatórios a partir do relatório. O documento apontou movimentações atípicas de dezenas de assessores e ex-assessores de 22 deputados estaduais. Todas as investigações tramitam na mesma velocidade, declarou, "observando as peculiaridades distintas de cada caso".

Quatro deputados estaduais citados procuraram o órgão voluntariamente para depor, de acordo com o procurador: Luiz Paulo Corrêa (PSDB), Paulo Ramos (PDT), o presidente da Alerj, André Ceciliano (PT), e Tio Carlos (SDD). Desses, segundo Gussem, três já entregaram documentos, agora sob exame de procuradores e promotores.

"Tão logo formem o juízo de valor, as decisões serão tomadas. A oitiva (depoimento) contribui mais para que eles apresentem a versão deles e, até mesmo, uma tese defendida porque o MP trabalha com conjunto probatório e acima de tudo busca a verdade real dos fatos", afirmou.

15 JAN 2019

FOLHA DE S. PAULO

Último capítulo

Extradição de Battisti para cumprimento de pena na Itália encerra um caso de quase 40 anos que assumiu destaque desmedido no debate brasileiro

Às 11h47 desta segunda-feira (14), no horário de Roma (8h47 em Brasília), a superestimada novela Cesare Battisti parece ter conhecido o seu desfecho. Capturado no domingo em Santa Cruz de la Sierra (Bolívia), o terrorista italiano enfim regressou a sua terra natal, onde cumprirá pena de prisão perpétua.

“É um dia especial. Após quase 40 anos, os familiares podem finalmente dizer que a Justiça foi feita”, afirmou à Folha Maurizio Campagna. Seu irmão, Andrea, morreu em 1979, baleado pelo grupo de extrema esquerda PAC (Proletários Armados pelo Comunismo).

Battisti, hoje com 64 anos, foi condenado pelo envolvimento nesse e em mais três homicídios cometidos nos anos 70, todos na Itália. O terrorista, contudo, mal pagou por seus pecados. Em 1981, fugiu da prisão e abrigou-se na França, no México e, desde 2007, no Brasil.

Visto dessa perspectiva, o caso não deveria provocar alvoroço. Trata-se da história de um criminoso que conseguiu adiar o cumprimento de uma sentença que lhe foi imposta. Não é o primeiro nem será o último roteiro do gênero.

Familiares das vítimas têm seus motivos para celebrar o desenlace, e o governo italiano sem dúvida pode comemorar, ainda que tardiamente, a entrega da prestação jurisdicional e o fim de uma pendenga diplomática; as pessoas mais próximas de Battisti, por sua vez, hão de lamentar.

Para além desses núcleos, porém, é difícil entender um envolvimento apaixonado com o caso. E, no entanto, foi exatamente o que se observou aqui no Brasil.

Militantes de esquerda apressaram-se em considerar Battisti um ativista (não um terrorista), elevando-o à condição de perseguido político, como se tal figurino coubesse em alguém condenado por um nação democrática (a Itália) e extraditado por outra (a França, em decisão de 2004).

Movido pelo fervor ideológico, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), no último dia de 2010, a poucas horas do fim de seu segundo mandato, autorizou a permanência dele no país — gesto que suscitou desnecessário mal-estar diplomático com a Itália e não trouxe ganho ao Brasil.

A direita brasileira, por seu turno, reagindo à estultice da esquerda, parecia ver na prisão de Battisti uma questão de honra.

Isso explica por que o presidente Jair Bolsonaro (PSL) se esforçou para assumir protagonismo no capítulo final dessa novela. O italiano surgiria como troféu de um governo que não produziu mais que disparates na política externa.

O voo direto de Santa Cruz para Roma frustrou o governo brasileiro, mas pouco importa. A execução da pena de Battisti nada tem a ver com disputas ideológicas. É apenas, como disse o irmão de uma das vítimas, a Justiça sendo feita.

15 JAN 2019

FOLHA DE S. PAULO

MARCELINO RODRIGUES

Presidente da Anafe (Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais)

Unir carreiras da advocacia pública reduz gastos

Medida também traria ganho de eficiência à AGU

A unificação de carreiras na Advocacia Pública da União poderá gerar uma economia de até R\$ 993 milhões anuais ao governo federal, segundo estudo encomendado pela Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais (Anafe) à Fundação Getúlio Vargas (FGV). Hoje, os cargos estão distribuídos em advogado da União, procurador da Fazenda Nacional, procurador do Banco Central e procurador federal.

No cenário atual, a Advocacia Geral da União (AGU) tem dificuldades em adequar seu orçamento às despesas essenciais de manutenção e funcionamento do órgão. Isto é, a despesa de custeio ultrapassa os créditos liberados para movimentação e empenho. Há ainda problemas de ausência de planejamento e racionalidade de gestão.

Essa situação, segundo o estudo da FGV, provoca prejuízos nas condições de trabalho. Além do ganho

financeiro, a unificação de carreiras pode ter os seguintes benefícios: simplificação das disposições e regulamentos; estímulo ao trabalho cooperativo, padronizando as estratégias de atuação e criando ambiente colaborativo; auxílio ao planejamento global dos recursos humanos, realocando a força de trabalho conforme as necessidades das unidades.

Entre outros benefícios, a unificação pode gerar mais segurança jurídica na atuação dos advogados públicos federais.

Segundo o estudo da FGV, atualmente há um conflito institucional devido à fragmentação organizacional, ocasionando a ausência de atuação colaborativa e comportamentos danosos à unidade da organização. Essa situação impossibilita e dificulta o planejamento e gestão global da entidade, dividindo sua identidade.

A atual estrutura também gera

deslocamentos desnecessários, visto que a excessiva divisão das carreiras leva, por exemplo, um servidor de uma determinada carreira de representação judicial a viajar até a localidade de interesse sendo que já há outro servidor com as mesmas disposições funcionais, no entanto de outra carreira, na região demandada — incrementando, desnecessariamente, as despesas com locomoção.

O estudo mostra ainda que há equívocos quanto às competências corretas de cada órgão/carreira, levando a erros constantes de direcionamento de processos, desperdiçando tempo e recursos, prejudicando a execução da atividade, o que decorre diretamente da complexidade administrativa/normativa que compõe a AGU atualmente.

Em resumo, a AGU apresenta problemas financeiros, administrativos e técnicos, gerados, essencialmente, pela complexidade e rigidez institucional.

A unificação proposta permitirá a implementação de um modelo de gestão com os seguintes resultados: simplificação dos processos de consulta, de compras e de gestão de recursos humanos; padronização do apoio ao contencioso e simplificação dos processos relacionados a esta área; e reformulação da competência e composição dos órgãos. Além disso, a mudança atende à cobrança social pela entrega de bens e serviços de mais qualidade por parte do Estado brasileiro.

15 JAN 2019

FOLHA DE S. PAULO

MARIA DO ROSÁRIO

Deputada federal (PT-RS) desde 2003 e ex-ministra da Secretaria Especial de Direitos Humanos (2011-2014, governo Dilma)

Tratar de direitos humanos requer responsabilidade

Tema é sério e exige muito mais do que hashtags

O reconhecimento dos direitos de todas as pessoas, consagrado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, é conquista da humanidade e uma construção no Brasil desde a redemocratização. Primeiro com as garantias estabelecidas pela Constituição de 1988, depois com a inauguração, pelo presidente FHC, de estrutura governamental de Direitos Humanos.

A esse órgão sempre coube a tarefa de articular transversalmente políticas de direitos e manter o diálogo com a sociedade civil. Os presidentes Lula e Dilma conferiram status ministerial à pasta, que em suas várias conformações sempre esteve acima de disputas políticas.

A unidade de ex-titulares simboliza até hoje o valor irrenunciável da democracia. Todos que tiveram essa pasta sob sua responsabilidade trabalharam para cumprir metas de um Brasil com direitos, ainda que enfrentando limites e resistências.

O atual presidente da República se criou no enfrentamento aos direitos humanos e a seus defensores. Desde que foi anunciada, a ministra Damaris Alves tem tido a posição de não abordar com consistência nenhum tema relativo ao ministério que co-

manda. Pronuncia frases polêmicas que viralizam nas redes sociais. Um governo pode até desfazer políticas dos antecessores, mas não tem o direito de assim agir em matérias que são sua obrigação. Garantir os direitos humanos não é ato de vontade do governante, é obrigação definida em cláusula pétrea da Constituição que ele jurou cumprir.

O Brasil precisa saber do governo qual o programa para defesa, promoção e garantia de direitos, pois até então apenas a destruição tem sido diariamente anunciada, como no caso da revisão de demarcações indígenas e abandono do pacto da ONU sobre migração.

O que farão para impedir que vidas sejam desperdiçadas por homicídios que atingem a população e afetam mais ainda jovens negros e pobres? Como vão enfrentar o gravíssimo número de mortes de policiais, no país em que a polícia mais morre e também mais mata, e como pretendem conter a violência, se anunciam que vão liberar o porte de armas?

Precisamos saber o que farão para enfrentar a avalanche de casos de feminicídio e violência contra as mulheres, que se fortalecem quan-

do censuram esse tema nos livros didáticos e escolas.

Para além da proposta de “dress code” rosa e azul da ministra, é urgente que ela revele o projeto para garantir direitos de pessoas LGBTIs no país que mais mata pessoas por causa da orientação sexual e identidade de gênero. O que farão para enfrentar a violência sexual de crianças e adolescentes, um crime repugnante do qual a própria ministra foi vítima? Qual o posicionamento sobre a inconcebível proposta do Brasil de se retirar do Conselho de Direitos Humanos da ONU, órgão soberano e da maior relevância mundial?

Qual a ação para garantir o enfrentamento ao trabalho escravo, diante do fim do Ministério do Trabalho e das ameaças à Justiça do Trabalho? Qual o projeto para garantia do respeito à diversidade religiosa e do diálogo inter-religioso? Para além do belo gesto da primeira-dama de fazer um discurso em Libras, o que fará o governo para assegurar inclusão e acessibilidade para as 45 milhões de pessoas com deficiência?

O Brasil tem o direito de saber o que farão diante das violações e exigir uma postura de Estado diante de um tema basilar da democracia. Perante um quadro assustador de violência, o país julgará se seus governantes têm capacidade de liderar uma política tão relevante, para além das suas convicções pessoais e religiosas.

O que não é aceitável é direitos humanos virar factóide, pretexto para acirrar ânimos, desinformar e dispersar a atenção diante de uma agenda que destrói o presente e o futuro do país. Direitos humanos é algo sério, é vida, é dignidade, muito mais do que hashtags. Exige responsabilidade, conhecimento e respeito.

15 JAN 2019

FOLHA DE S. PAULO

Censura exibicionista

O novo governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC), segue exibindo um pendor para comportamentos excêntricos. Alguns, por inócuos ou ridículos, podem ser classificados na rubrica do folclore que alguns políticos abraçam —mas não quando a extravagância agride normas constitucionais.

Na primeira categoria se inscrevem iniciativas como a de mandar confeccionar uma faixa colorida para envergar no dia posse. Mal não fez, a não ser para a sobriedade que deveria acompanhar a cerimônia num estado como o do Rio, após os trágicos governos do MDB.

Para um ex-juiz, entretanto, Witzel se excede de fato e de direito quando conduz seu governo para o terreno pantanoso da arbitrariedade e da afronta à Constituição, que em seu artigo 220 veda toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

Não há outros termos para qualificar a proibição imposta à Casa França-Brasil, instituição da Secretaria de Cultura: Witzel e seu secretário da área, Ruan Lira, impediram que se realizasse o programa previsto para o último dia (13) da mostra "Literatura Exposta".

O curador Álvaro Figueiredo não hesitou em qualificar como censura o veto a que se apresentasse uma performance do grupo És Uma Maluca com nudez feminina

e alusões a tortura durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985).

Como que temendo a repercussão negativa, Witzel e Lira se escudaram no pretexto andrajoso de que o programa dominical não havia sido incluído em contrato. Em poucas palavras, expõem a própria pusilanimidade a serviço do moralismo e do revisionismo histórico. E não foi sequer o primeiro atentado censório contra a exposição.

Em dezembro, o diretor da Casa França-Brasil, Jesus Chediak, havia proibido —sob a justificativa de não depreciar um presidente — a veiculação da voz do eleito Jair Bolsonaro (PSL) numa instalação do mesmo coletivo em que baratas de plástico assomavam de um bueiro sobre azulejos, noutra referência à tortura.

Witzel surfou a onda bolsonarista para surpreender a muitos e eleger-se governador. Discursou em ato de campanha pró-Bolsonaro no qual foi rasgada placa com o nome da vereadora assassinada Marielle Franco (PSOL); depois, desculpou-se e repudiou a intolerância.

Já eleito, Witzel permitiu-se defender o abate pela polícia de portadores de fuzil, licença que excede em muito a legalidade do que estaria a seu alcance como governador. Empossado e censor, parece crer que seus excessos —agora não só retóricos— seguirão relevados.

15 JAN 2019

BEM PARANÁ

Morre o ex-deputado Caito Quintana

O ex-deputado estadual Caito Quintana (MDB) morreu na noite de domingo aos 72 anos. Ele estava em Balneário Camboriú (SC) e sofreu um infarto. O governador Ratinho Júnior (PSD) decretou luto oficial no Estado, destacando a trajetória política de Quintana e os serviços prestados ao Paraná como parlamentar e como integrante do governo do Estado.

“Meus sentimentos à família e amigos do ex-chefe da Casa Civil e ex-deputado estadual Caito Quintana. Deixa saudades e boas lembranças”, escreveu Ratinho Jr em sua página no Facebook. O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Ademar Traiano (PSDB), também lamentou a morte do ex-deputado e decretou luto oficial de três dias no Legislativo. “O deputado Caíto foi um brilhante parlamentar. Começou sua carreira



Sandro Nascimento/Alep

Quintana: relator da Constituição

política como vereador em Planalto. Aqui na Assembleia chegou em 1982 e foi relator da Constituição do Paraná em 1989. O Paraná perde um grande homem, um grande político. Que neste momento, Deus conforte a todos os familiares”, disse Traiano.

“Caito Quintana foi sem dúvida um grande líder e uma referência para todos nós por todos os cargos que ocupou, pela trajetória, lutas e conqui-

tas, mas sobretudo por ser um amigo sempre à disposição”, disse o deputado federal João Arruda, presidente do MDB do Paraná. A perda do Caito será muito dura para todos nós daqui pra frente”, afirmou Arruda.

Caito Quintana foi eleito pela primeira vez deputado estadual em 1982. Depois, reelegeu-se todas as vezes entre 1986 e 2014. Ainda foi chefe da Casa Civil duas vezes, entre 1991/1994 e entre 2003/2006, em duas gestões do governador Roberto Requião (MDB).

Em 2018, se candidatou a deputado federal, mas somou apenas 8.299 votos e não se elegeu. Ainda na Assembleia, foi relator da Constituição do Paraná, em 1989; presidiu a CPI dos Bingos; e criou a Comissão Especial do Mercosul, da qual foi também o presidente.

15 JAN 2019

BEMPARANÁ

Nova diretoria da OAB-PR toma posse nesta quinta-feira

A nova diretoria da OAB Paraná toma posse na próxima quinta-feira, às 19h30, na Ópera de Arame, em Curitiba. O advogado Cássio Lisandro Telles assume a presidência da instituição para o triênio 2019-2021, no lugar de José Augusto Araújo de Noronha.

Também serão empossados os advogados Marilena Indira Winter (vice-presidente), Rodrigo Sánchez Rios (secretário-geral), Christhyanne Regina Bortolotto (secretária-geral adjunta), Henrique Gaede (diretor-tesoureiro), Alexandre Salomão (diretor de Prerrogativas) e Fabiano Augusto Piazza Baracat (presidente da Caixa de Assistência dos Advogados – CAA/PR).

Ainda na mesma oportunidade tomarão posse conselheiros estaduais, presidentes das 48 subseções da Ordem no estado e diretores da Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná.

A solenidade de diplomação ocorrerá antes, na tarde do mesmo dia às 14 horas, no auditório da seccional. O término desta cerimônia está previsto para às 16 horas.

Cássio Lisandro Telles é advogado em Pato Branco (Sudoeste do Paraná), graduado pela Faculdade de Direito de Curitiba (atual Unicuritiba) e em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Paraná. Foi vice-presidente da OAB Paraná na gestão 2013-2015. Foi conselheiro federal da OAB (2016-2018) e presidente da Comissão Nacional de Prerrogativas e Valorização da Advocacia.

Primeira reunião

Na sexta-feira, será realizada a primeira sessão do Conselho Pleno da OAB Paraná, às 10 horas, em caráter extraordinário. Durante a reunião, ocorrerá a composição das câmaras, a definição do calendário anual das sessões e discussão dos demais pontos previstos em pauta.

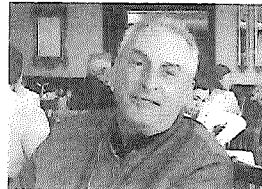
15 JAN 2019

BEMPARANÁ

Fiança

Reprodução Facebook

O juiz Paulo Sergio Ribeiro, da 23ª Vara Federal Criminal de Curitiba, estabeleceu fiança de R\$ 8 milhões para liberar o empresário **Jorge Atherino**, preso em setembro do ano passado na operação Piloto, 53ª fase da Lava Jato, que



investiga um esquema de pagamento propina ao grupo político do ex-governador Beto Richa (PSDB) em troca do favorecimento da empreiteira Odebrecht em uma licitação para obras de duplicação da PR 323 em 2014. No último sábado, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, concedeu habeas corpus a Atherino, determinando que a prisão preventiva do acusado seja substituída por outras medidas cautelares. Responsável pelo processo, a determinação dessas medidas ficou a cargo de Ribeiro.

Movimentação

Na decisão, afirmou que o valor da fiança foi determinado com base na denúncia, que estabeleceu como reparação mínima do dano em R\$ 4 milhões. E também no fato das investigações apontarem movimentações financeiras suspeitas de R\$ 500 milhões nas contas de Atherino, suas empresas e pessoas ligadas a ele, entre 2014 e 2018, sendo R\$ 15 milhões de depósitos em espécie. "Diante desses elementos, em especial o alto valor relacionado ao fato criminoso que foi objeto de denúncia, 4 milhões de reais, e a enorme movimentação financeira suspeita que está sendo investigada, superior a 500 milhões de reais, relacionada a JORGE THEODOCIO ATHERINO e pessoas a ele vinculadas (...) estabeleço a necessidade de pagamento de fiança, em espécie, no valor de R\$ 8 milhões de reais", decidiu Ribeiro.

Tornozeleira

Além da fiança, o empresário terá que cumprir outras medidas cautelares, como uso de tornozeleira eletrônica, ficar afastado de qualquer atividade na gestão de suas empresas, deixar a residência em

Curitiba ou sair do País, entregando o passaporte à Justiça. O custo dos equipamentos de monitoramento terão que ser pagos por Atherino.

15 JAN 2019

BEMPARANÁ

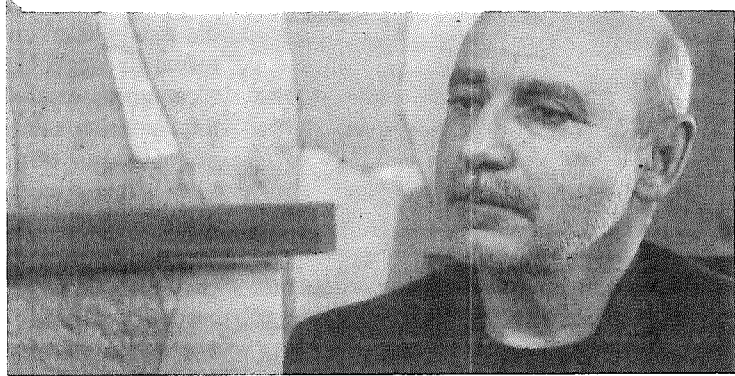
MP pode denunciar Queiroz sem ouvir seu depoimento

Procurador diz que falta em audiência não impede encerramento de investigação

O procurador-geral de Justiça do Rio, Eduardo Gussem, disse que pode encerrar a investigação sobre as movimentações financeiras atípicas de Fabrício Queiroz, ex-assessor do deputado estadual e senador eleito Flavio Bolsonaro (PSL) - e mesmo propor ação penal -, sem que eles prestem depoimento. Com diferentes alegações, os dois faltaram a convites para depor no procedimento do Ministério Público fluminense que investiga o caso. Queiroz alegou estar em tratamento de câncer, e o parlamentar, que não conhecia os autos da investigação.

Para Gussem, a ausência dos dois não atrapalha o andamento das investigações. O procurador foi novamente empossado, na tarde ontem no cargo para um novo período de dois anos à frente do MP do Rio. As movimentações foram apontadas em relatório produzido pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), nas investigações da Operação Fuma da Onça da Polícia Federal (PF) e do Ministério Público Federal (MPF). O MP estadual é legalmente competente para a investigação do caso do dinheiro movimentado pelos servidores.

“O MP pode, através da prova documental, chegar à conclusão de que



Fabrício Queiroz: ex-assessor alega problema de saúde

tem elementos suficientes, indícios suficientes para a propositura de ação penal, e aí ele (Queiroz) vai ter a oportunidade de se pronunciar em juízo”, disse o procurador. Ele acrescentou que o mesmo vale para Flavio, filho mais velho do presidente Jair Bolsonaro. Gussem disse ainda que, no caso específico do relatório do Coaf, a prova documental “é muito consistente”.

Velocidade - Segundo Gussem, foram abertos 22 procedimentos investigatórios a partir do relatório. O documento apontou movimentações atípicas de dezenas de assessores e ex-assessores de 22 deputados estaduais. Todas as investigações tramitam na mesma velocidade, declarou, “observando as peculiaridades dis-

tintas de cada caso”

Quatro deputados estaduais citados procuraram o órgão voluntariamente para depor, de acordo com o procurador: Luiz Paulo Corrêa (PSDB), Paulo Ramos (PDT), o presidente da Alerj, André Ceciliano (PT), e Tio Carlos (SDD). Desses, segundo o Gussem, três já entregaram documentos, agora sob exame de procuradores e promotores.

“Tão logo formem o juízo de valor, as decisões serão tomadas. A oitiva (depoimento) contribui mais para que eles apresentem a versão deles e, até mesmo, uma tese defendida porque o MP trabalha com conjunto probatório e acima de tudo busca a verdade real dos fatos”, afirmou.

15 JAN 2019

O ESTADO DE S. PAULO

O caso Battisti

“**A**gora eu sei que vou para a prisão.” A resignação contida na declaração do italiano Cesare Battisti, ao desembarcar em Roma, na manhã de ontem, diz muito sobre seu longo passado de fugas e disfarces. Diz especialmente sobre os anos que se seguiram a 2005, quando o Conselho de Estado da França, onde estava foragido, confirmou sua extradição para a Itália e Battisti veio dar nestas terras.

Aqui, Battisti viu a cadeia de longe durante a maior parte do tempo. Sentia-se tão confortável no País que decidiu até escolher um time de futebol para torcer. Deu entrevistas para jornais e emissoras de TV e foi cortejado por políticos e ativistas da esquerda. O criminoso tinha motivos para estar tranquilo até há bem pouco.

Condenado à prisão perpétua pela Justiça italiana pelos assassinatos de quatro pessoas entre 1977 e 1979, Cesare Battisti contou com o beneplácito do ex-presidente Lula da Silva e de outros próceres petistas, que sempre estiveram mais interessados em fazer propaganda política – comprando e revendendo barato a versão segundo a qual Battisti seria um “perseguido político” – do que em respeitar uma decisão judicial inapelável, dada pelo Poder Judiciário de uma nação soberana ao fim de um processo em que foi garantido o mais

amplo direito de defesa ao réu.

O avião que levou Battisti diretamente da Bolívia para a Itália levou junto a vergonha internacional causada ao País pelo governo do PT – mais uma – e seus prosélitos. Encerra-se um imbróglio político e judicial que já deveria ter sido resolvido há muito tempo caso as relações internacionais e o respeito aos princípios do Estado Democrático de Direito tivessem prevalecido sobre as paixões ideológicas que animam as hostes petistas.

Em 2009, o então ministro da Justiça, Tarso Genro, concedeu status de “refugiado político” para Battisti, contrariando parecer fundamentado do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) do Ministério das Relações Exteriores. Em fevereiro do mesmo ano, o Supremo Tribunal Federal (STF), em decisão esdrúxula, considerou que o pedido de extradição feito pelo governo italiano era procedente, mas a decisão de extraditar ou não Battisti cabia ao então presidente da República. No último dia de mandato, 31 de dezembro de 2010, Lula da Silva não decepcionou e chancelou a farsa da “perseguição política”, e negou a extradição, como se a Itália fosse uma republiqueta qualquer.

A situação de Battisti só começou a mudar no final do governo do presidente Michel Temer, que atendeu a um pedido de reconsideração feito pelo governo italiano e determinou a extradição de Battisti após o ministro Luiz Fux, do STF, re-

vogar uma liminar que ele mesmo havia concedido em 2017 proibindo a entrega do italiano à Justiça de seu país.

A prisão de Cesare Battisti na Bolívia e o imediato envio do criminoso às autoridades italianas, sem passar pelo Brasil, frustrou a expectativa do presidente Jair Bolsonaro de explorar politicamente sua captura. A própria revisão do pedido de extradição, uma das promessas de campanha de Bolsonaro, já havia sido feita pelo governo de seu antecessor.

Agiu bem o presidente Evo Morales, que de pronto fez o que o governo brasileiro deveria ter feito há anos. Especula-se sobre as razões de ordem prática que o teriam levado a tomar a decisão que tomou. Isso agora pouco importa. Fato é que a Bolívia agiu neste episódio como um Estado que respeita as normas do direito internacional.

Ao fim e ao cabo, não interessa quem irá obter dividendos políticos com a extradição de Cesare Battisti. O que importa é que, a partir de agora, um criminoso condenado em última instância pelas mortes de quatro pessoas inocentes, em nome de seu ativismo político, irá cumprir sua pena após o fim de um longo processo em que lhe foram dadas todas as garantias de defesa. Para o Brasil, fica a lição: quando relações de amizade e de afinidade ideológica orientam decisões de Estado, o prestígio e a reputação internacional do País se esvaem em irrisão e opróbrio.

15 JAN 2019

O ESTADO DE S. PAULO

COLUNA DO ESTADÃO

Prisão de Cesare Battisti na Bolívia foi por acaso

A prisão de Cesare Battisti ocorreu por acaso no último sábado. A Polícia Federal brasileira tinha um indicativo de que ele estava escondido em Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia, e relatou o fato à corporação daquele país. A polícia italiana também tinha essa informação. Porém, ninguém sabia onde ele estava escondido. Uma fonte da PF no Brasil diz que nenhuma diligência para localizar Battisti foi feita, como mandados de buscas em residências. Um policial local, que não estava nessa missão, esbarrou com ele na rua, o identificou e o prendeu.

● **Vou detê-lo.** A PF enviou um avião Cessna Caravan para levar Battisti de Santa Cruz até Corumbá, cidade mais próxima, mas não foi necessário. Ninguém queria arriscar ter que levá-lo de carro nos mais de 600 km.

● **Fim de papo.** A fuga de Battisti para a Bolívia não vai gerar um novo inquérito no Brasil. Delegados dizem ser um direito dele fugir.

SÔNIA RACY

Haja saliva

O STF discute, mês que vem, um tema de interesse de condenados, advogados, defensores e promotores. A saber: se uma pessoa é condenada pela Justiça, esgota os recursos, cumpre a sentença, tem a pena declarada extinta e, após cinco anos, volta a cometer crimes... a condenação inicial vale para caracterizar maus antecedentes?